



A escrita da história após maio de 1968: os falsos problemas da crise de paradigmas¹

Roger Anibal Lambert da Silva; Rodrigo Amaro de Carvalho²

Resumo

Nosso objetivo neste trabalho é discutir as diferentes concepções acerca da influência do acontecimento de Maio de 68 sobre a escrita da história e suas implicações de ordem política. Primeiramente estabeleceremos uma abordagem macro-teórica da passagem da modernidade à dita pós-modernidade. Em seguida, discutiremos a concepção de François Dosse a respeito dos efeitos de Maio de 68 sobre a escrita da história, bem como a crítica que este autor recebeu por sua concepção. Por fim, faremos referência às considerações de outros autores acerca das vantagens e desvantagens dessa mudança de paradigmas. A partir desta discussão apresentaremos nossas considerações a respeito daquilo que consideramos um falso problema, qual seja, a dicotomia entre esferas macro e micro, tanto no que se refere à problemática histórica quanto à problemática de ordem política.

Palavras-chave: Teoria da História, Maio de 68, Crise dos Paradigmas, Modernidade e Pós-modernidade.

The writing history after May 1968: the false problems from paradigms crisis

Abstract

Our objective in this work is discuss the different conceptions about the influence of May '68 event on the history writing and its implications in politic order. Firstly we present an approach 'macro-theoretical' about the passage of modernity to the so-called post-modernity. After that, we will discuss the conception of François Dosse about the May '68 effects over the history writing as well as the critics this author received for his conception. At last, we will refer to others authors considerations about the advantages and disadvantages of this paradigms change. From this discussion we will present ours consideration about that we regard a false problem, whatever it being the dichotomy between macro and micro spheres, referring to the historic and the political problems both.

Key-words: History Theory, May 68, Paradigms Crisis, Modernity and Post-Modernity.

1 Este artigo é a versão completa de um trabalho elaborado, no ano de 2008, no âmbito da disciplina História Contemporânea II sob orientação da Profa. Dra. Ana Maria Dietrich. Publicamos, no ano de 2009, uma versão reduzida deste trabalho. Ver: LAMBERT DA SILVA, Roger A.; CARVALHO, Rodrigo A.. Maio de 68 e a escrita da história: “dilatação do território do historiador” ou uma falsa dicotomia? In: MATA, Sérgio Ricardo da; MOLLO, Helena Miranda e VARELLA, Flávia Florentino (orgs.). *Anais do 3º. Seminário Nacional de História da Historiografia: aprender com a história?* Ouro Preto: EdUFOP, 2009. Disponível em: http://www.seminariodehistoria.ufop.br/dr/roger_anibal_lambert_da_silva2.pdf. Cumpre ressaltarmos, entretanto, que, após a escrita deste trabalho, realizamos novas leituras, as quais nos possibilitaram avançar na discussão sobre a novidade da filosofia de Deleuze e Guattari no que diz respeito à noção de micro-história e de micro-política. Sobre esta nova discussão, ver: LAMBERT DA SILVA, Roger A. Micro-história e micro-política: a novidade da filosofia de Deleuze e Guattari. In: NICOLAZZI, Fernando; MOLLO, Helena e ARAUJO, Valdei (orgs.). *Caderno de resumos & Anais do 4º. Seminário Nacional de História da Historiografia: tempo presente & usos do passado.* Ouro Preto: EdUFOP, 2010. Disponível em: <http://www.seminariodehistoria.ufop.br/ocs/index.php/snhh/2009/paper/view/208>.

2 Graduandos do curso de História pela Universidade Federal de Viçosa.

Introdução

Nosso objetivo no presente artigo é discutir a influência do acontecimento de Maio de 68 sobre a escrita da história e suas implicações de ordem política. Para realizarmos tal objetivo, sentimos a necessidade de situar o leitor no tema, apresentando uma visão macro-teórica da passagem da modernidade à chamada pós-modernidade. Sendo assim, no primeiro tópico abordamos essa mudança de paradigmas e sua influência sobre a história enquanto disciplina. Já no segundo tópico, partimos para a discussão da concepção de François Dosse a respeito dos efeitos de Maio de 68 sobre a escrita da história e sobre a dimensão política. Assim, apresentamos a crítica que o autor fez à “dilatação do território do historiador”, ou seja, à “história em migalhas”, bem como a crítica que este autor sofreu por assumir uma posição considerada pré-século XX, ao combater o presente não com o futuro, mas para voltar ao passado. Em nosso terceiro tópico, fazemos referência às considerações de outros autores acerca das vantagens e desvantagens dessa mudança de paradigmas, e deste chamado “esmigalhamento da história”. Desse modo, a partir da discussão de diferentes perspectivas acerca dos ganhos e perdas decorrentes da mudança de paradigmas, teremos, não sem dificuldades, a possibilidade de apresentar nossas considerações a respeito dessa mudança pela qual passou a escrita da história, bem como suas implicações de ordem política.

1 - Modernidade e pós-modernidade: iluminismo, estruturalismo e pós-estruturalismo

José Carlos Reis, a partir de uma abordagem *macroteórica*, nos apresenta a transição de uma chamada visão iluminista-globalizante a uma chamada visão estruturalista e pós-estruturalista-fragmentada, em outras palavras, uma transição da modernidade a pós-modernidade. Nestes termos, a visão iluminista-globalizante seria uma visão moderna, enquanto a visão estruturalista e pós-estruturalista-fragmentada, seriam juntas, uma visão pós-moderna (REIS, 2006).

O projeto moderno veria a história como “espírito universal”, em sua marcha em busca da liberdade. Este projeto, articulado pelo Iluminismo, seria marcado por sua crença na razão e em seu poder de sempre ver claro, que teria lhe permitido decifrar o segredo da história, seu sentido, seu desfecho previsível. Esta concepção de história é chamada de teleológica, pois subordina o passado-presente

ao futuro, e também porque é concebida como um processo global, coerente e unificado, e dominada pelos conceitos de “sistema” e “totalidade” (REIS, 2006, p. 68-69). A história, assim concebida, seria a realização de um sentido universal, qual seja, a emancipação da humanidade.

Diante de tal visão da história, as ciências sociais teriam elaborado uma “visão antiiluminista da história”. O movimento estruturalista, reflexão dita pós-moderna, teria posto em reexame o projeto moderno, suspeitando do “sujeito consciente em busca da liberdade”, da “Razão que governa o mundo” (REIS, 2006, p. 70-71). O homem não seria mais considerado somente o sujeito da história, mas também seu resultado. O tempo histórico não seria linear e homogêneo, e, desse modo, não marcharia na direção um futuro já previsível.

Nesse sentido, em oposição ao projeto moderno, iluminista, possuidor do conhecimento do sentido global da história, teria surgido o movimento estruturalista, de reflexão dita pós-moderna, pois desconfiaria do sujeito e da razão, e recusaria o raciocínio teleológico. No entanto, mesmo se opondo ao projeto moderno, ele ainda pertenceria a este, sendo ainda um discurso da razão, um hiper-racionalismo que buscaria um “sentido que se esconde”, uma dimensão oculta e inconsciente (REIS, 2006, p. 72).

Entretanto, José Carlos Reis concebe que o movimento estruturalista é somente a primeira fase do chamado pós-modernismo. A segunda seria o pós-estruturalismo, que “radicaliza as teses estruturalistas e salta para fora do Iluminismo e do seu projeto moderno”, denunciando o estruturalismo como um projeto ainda da Razão. Os pós-estruturalistas não buscariam nem essências, nem verdades ocultas, negariam o universal e levariam a fragmentação ao extremo, não sonhando mais com a unificação, nem com a finalidade. Em relação ao conhecimento, não reivindicam a neutralidade, concebendo que “a realidade é produzida por jogos de linguagem”, interpretações de interpretações. O conhecimento histórico seria, a partir desta perspectiva, “um olhar em migalhas, assistemático, anti-estrutural, anti-global” (REIS, 2006, p. 73).

Ciro Flamarion Cardoso também nos apresenta, a partir de um quadro epistemológico geral, dois grandes paradigmas: o iluminista e o pós-moderno. O primeiro seria partidário de uma história científica e racional, concebendo a existência de uma realidade social global e a separação entre sujeito e objeto de investigação; já o segundo seria cético em relação às explicações globalizantes, enfatizando as representações construídas

MAIO DE 1968

historicamente, e o sujeito seria parte do objeto que estuda (CARDOSO, 1997).

No que diz respeito ao paradigma iluminista, seu apogeu teria se dado entre 1950 e 1968. Dentre suas manifestações mais expressivas estariam o marxismo e o grupo dos *Annales* das duas primeiras gerações.

O marxismo estabeleceria que a realidade é mutável; que esta mudança está submetida às leis dinâmicas da ciência histórica; e que as mudanças conduzem a estados periódicos de equilíbrio relativo. O objetivo seria a obtenção de uma visão ao mesmo tempo estrutural e dinâmica das sociedades humanas. O modelo epistemológico não se pautaria pela idéia de um sujeito do conhecimento passivo, mas também não concebe o sujeito como o único agente ativo no processo do conhecimento. Tal modelo, chamado de *teoria modificada do reflexo*, postularia a mediação da prática.

A partir desta perspectiva, a consequência para a história seria a de que nós conhecemos os processos passados “em função das mudanças que intervêm na práxis atual” (CARDOSO, 1997, p.5). No entanto, não deveríamos confundir a teoria marxista com o relativismo, pois ela seria um realismo, ou seja, o objeto existiria por si mesmo, mas a práxis atual interviria na apropriação cognitiva. Percebe-se, assim, que essa teoria implicaria uma “vinculação epistemológica dialética entre presente e passado” (CARDOSO, 1997, p. 5).

Quanto aos *Annales*, no que diz respeito ao período de 1929-1969, Ciro Cardoso apresenta alguns pontos básicos: crença no caráter científico da história; passagem de uma “história-narração” a uma “história-problema”; debate permanente com as ciências sociais; ambição de formular uma síntese histórica global do social; abandono da história centrada em fatos isolados; abertura aos aspectos coletivos, sócio-históricos; ênfase menor nas fontes escritas; reconhecimento da pluralidade dos níveis da temporalidade; e a história vista como “ciência do passado” e “ciência do presente” ao mesmo tempo, sendo a história-problema uma iluminação do presente (CARDOSO, 1997). No entanto, após 1969 os *Annales* passariam por uma considerável mudança de rumos.

O autor estabelece uma comparação entre as características gerais do grupo dos *Annales* e a concepção de história do marxismo. Alguns dos pontos comuns seriam: o reconhecimento da necessidade de uma síntese global; o reconhecimento da inexistência de fronteiras entre as ciências sociais; a vinculação da pesquisa histórica com as preocupações do presente etc. No entanto, haveria também diferenças,

como “a pouca inclinação teórica dos historiadores dos *Annales* e o fato de não disporem de uma teoria da mudança social” (CARDOSO, 1997, p.9).

Em relação ao paradigma pós-moderno, sua fase de construção teria se dado entre 1968 e 1989. Ciro Cardoso denomina de Nova História as gerações de historiadores deste período de crise dos racionalismos. Assim, estes historiadores teriam direcionado diversas críticas ao paradigma “iluminista”, tanto de ordem epistemológica, quanto temática.

Quanto às críticas no plano epistemológico, elas adviriam do abandono dos referenciais seguidos até então, de filósofos inseridos no âmbito do racionalismo moderno (Hegel, Marx e Kant) em favor dos filósofos irracionistas (Nietzsche e Heidegger). Metodologicamente, o abandono daquelas referências em favor das últimas desembocaria na “contestação da possibilidade de explicação racional do social, do humano, que não passaria de uma ilusão cientificista” (CARDOSO, 1997, p. 10).

Em relação às críticas no plano temático, elas apontam, no marxismo e nos *Annales*, uma “obsessão pelo que é estrutural e transindividual”, esquecendo dos indivíduos e do subjetivo (CARDOSO, 1997, p. 10). No entanto, o desafio maior ao paradigma iluminista seria a crítica dos pós-modernos a qualquer visão holística do social, levando muitos historiadores a referirem-se a ausência de sentido da história. Não haveria História, mas histórias.

O paradigma pós-moderno, desse modo, se caracterizaria pelos seguintes pontos: “morte dos centros” e “incredulidade em relação às metanarrativas”. O primeiro ponto, aplicado a história-disciplina, diria respeito ao abandono de pretensos centros a partir de onde se faz afirmações universais, o que haveria são ficções arbitrárias e passageiras, sempre particulares e relacionadas a interesses. Quanto ao segundo ponto, significaria que qualquer “metanarrativa”, qualquer teoria global, tornou-se insustentável, devido ao relativismo absoluto que teria levado ao colapso da crença em valores universais (CARDOSO, 1997, p.15).

Nesse sentido, Ciro Cardoso afirma que este deslocamento de paradigmas, do iluminista ao pós-moderno, na área das humanidades e das ciências sociais teria marcado o fim de “uma longa fase na história dos homens e suas visões de mundo, começada com o Renascimento e intensificada com o Iluminismo: donde a designação usual deste fim de século como inaugurando um período pós-moderno” (CARDOSO, 1997, p. 2).

MAIO DE 1968

Michael Peters distingue o pós-estruturalismo tanto do movimento que o precedeu, ou seja, o estruturalismo, quanto do chamado pós-modernismo, que sucedeu o modernismo. O autor estabelece esta distinção devido às confusões que muito freqüentemente se faz entre estes termos (PETERS, 2000)

O estruturalismo seria parte da “virada lingüística”, e teria se transformado em um poderoso referencial teórico para a análise lingüística da sociedade, vista como “sistema de significação”. Este referencial teórico teria substituído “o modelo humanista que interpretava textos particulares como sendo a expressão singular de um determinado autor” (PETERS, 2000, p.10). Desse modo, o estruturalismo francês teria tido origem na lingüística estrutural na virada do XIX para o XX.

Já o pós-estruturalismo seria uma resposta à pretensão científica do estruturalismo, preservando a crítica que este fazia ao sujeito humanista, mas buscando descentrar suas estruturas. O termo pós-estruturalismo exibiria certa ambigüidade, pois existiriam afinidades com o estruturalismo, bem como inovações teóricas distintas.

Em relação às afinidades, Peters aponta que ambos: estabelecem crítica ao humanismo, ou seja, sua concepção de que o sujeito é livre e autoconsciente; e concebem que nosso comportamento é governado por forças sócio-históricas.

No que diz respeito às inovações teóricas, o autor concebe que: o estruturalismo praticaria uma análise sincrônica das estruturas, apagando, assim, a história, o pós-estruturalismo se concentraria na análise diacrônica, valorizando, desse modo, a mudança; o estruturalismo objetivaria identificar as estruturas universais; o pós-estruturalismo questionaria o racionalismo e o realismo. Enfim, as críticas pós-estruturalistas aos estruturalistas se resumiriam em dois pontos: nenhum sistema é autônomo e as dicotomias não se sustentam após uma análise mais cuidadosa.

Em síntese, o pensamento estruturalista teria como base: o modelo da lingüística estrutural; uma crítica ao sujeito autônomo humanista; e uma concepção demasiado cientificista. Já o pensamento pós-estruturalista teria como base: o mesmo questionamento que o estruturalismo ao sujeito humanista; e a crítica às pretensões científicas e totalizadora do estruturalismo.

A partir da abordagem dos autores José Carlos Reis, Ciro Flamarion Cardoso e Michael Peters é possível perceber a imprecisão dos conceitos que deram título a este tópico, quais sejam, modernismo, pós-modernismo, iluminismo, pós-modernismo, estruturalismo e pós-estruturalismo.

José Carlos Reis, como vimos, parte de um recorte macro-teórico em que apresenta a transição de uma chamada visão iluminista-globalizante, que seria uma visão moderna, a uma visão estruturalista e pós-estruturalista-fragmentada, que seriam ambas, uma visão chamada pós-moderna. Entretanto, o autor faz uma ressalva, apontando que o estruturalismo é criticado pelos pós-estruturalistas, que concebem que aquele ainda é um movimento iluminista, pela sua crença na cientificidade.

Quanto a Ciro Flamarion Cardoso, este estabelece um quadro epistemológico geral, em que apresentou dois grandes paradigmas: o iluminista, partidário de uma história científica e racional, concebendo a existência de uma realidade social global; e o pós-moderno, cético em relação às explicações globalizantes. Podemos perceber, pela abordagem do autor, que o estruturalismo pertenceria ao paradigma iluminista; e o pós-estruturalismo, ao pós-moderno.

Já Michael Peters distingue o pós-estruturalismo, não apenas do movimento que o precedeu, ou seja, o estruturalismo, mas também do chamado pós-modernismo, que sucedeu o modernismo. O autor até ressalta que estas distinções se fazem necessárias devido às confusões que muito frequentemente se faz entre estes termos.

Nesse sentido, percebemos que ambos os autores estabelecem recortes diferentes para abordar esta passagem da modernidade a pós-modernidade. Enquanto para José Carlos Reis o estruturalismo é uma manifestação teórica da pós-modernidade, devido ao fato de combater o sujeito autônomo humanista, para Ciro Cardoso pertence ao paradigma iluminista, pela concepção de uma realidade social global. Já para Michael Peters, tais recortes não são fixos ou estáveis, preferindo assim, evitar o uso de rótulos para classificar tais movimentos.

Neste primeiro tópico, apenas para lembrar o leitor, tivemos como objetivo apresentar uma visão macro-teórica da passagem da modernidade à chamada pós-modernidade e sua influência sobre a história enquanto disciplina. Após esta abordagem, podemos agora tratar da concepção de François Dosse a respeito dos efeitos de Maio de 68 sobre a escrita da história e sobre a dimensão política, bem como a crítica que recebeu por tal concepção.

2 - François Dosse e a crítica à dilatação do território do historiador

François Dosse considera que o “Maio de 68 é um acontecimento-ruptura importante de nossa

MAIO DE 1968

história contemporânea, acontecimento enigmático que impressiona por sua subtaneidade e por seu radicalismo” (DOSSE, 2001, p.113). No entanto, nos chama a atenção para a dificuldade de se medir suas conseqüências sobre a escrita da história e que a partir deste momento ocorrerá um “refluxo da contestação global para uma fragmentação da sensibilidade de maio que se exprime rapidamente em práticas pontuais, tópicas e marginais” (DOSSE, 2001, p.113).

No período anterior ao Maio de 68, como apresentamos no primeiro tópico, estava em voga o estruturalismo, e a história tal como qualquer ciência humana estava envolta nas análises das grandes estruturas. De um modo geral, estas análises tinham como característica principal o estudo do macro, desconsiderando desta forma o sujeito centrado e unificado que fora consagrado pela história iluminista, mas o “movimento de Maio de 68 abala as estruturas imutáveis dos pensadores da morte do homem” (DOSSE, 2001, p.113,114). Nesse sentido, teria entrado em campo uma nova história com uma nova metodologia, aberta a novos campos de estudo e disposta a análises na micro-esfera, abandonando conceitos estruturais, pois agora o indivíduo voltaria à cena e as estruturas não determinariam mais as análises históricas.

Dosse aponta uma corrente crítica que teria nascido filiada diretamente ao Maio de 68. Esta corrente criticaria muitas práticas históricas, como por exemplo, a separação entre: passado e presente; o estudo do passado e a prática social; e, por fim, os historiadores e os sujeitos da história.

Por conseqüência do Maio de 68, teria nascido também uma revista de história popular em 1971, com o objetivo de popularizar as lutas operárias e camponesas, e com o intuito de desmistificar a “idéia de um povo mudo, reduzido ao papel de figurante” (DOSSE, 2001, p.115). Outra iniciativa teria surgido com o Maio de 68, porém, desta vez mais teórica. Jacques Rancière teria lançado uma revista trimestral, objetivando “decifrar as práticas e os discursos organizacionais do movimento operário” e reencontrar “a identidade perdida dos falares múltiplos, buscar suas articulações, suas contradições” (DOSSE, 2001, p.115). Entretanto, Dosse afirma que as ambições destas iniciativas foram parcialmente atingidas.

Ao longo do tempo, após Maio de 68, o discurso histórico teria sofrido uma transformação que corresponde àquela do campo social, e desta forma os historiadores teriam atentado para uma nova sensibilidade analítica, buscando compreender o espaço micro. Um exemplo destes trabalhos seria

aqueles que buscam problematizar como o Poder interfere nas relações marido e mulher, as práticas cotidianas, os costumes, dentre outros, deixando-se de lado o horizonte econômico e as mudanças políticas bruscas. Dosse nos chama atenção ainda para a influência que a história teria absorvido da antropologia, sendo que os historiadores teriam até adotado os hábitos do antropólogo, e a cultura material passado a ser um novo campo de investigação para o historiador.

Por decorrência desta referida influência, a história das mentalidades teria entrado na moda, sendo representada pela figura de Philippe Ariès, principal expoente dos *Annales*, especialista da já referida área. Temas como a sexualidade, medo e imaginário teriam entrado em cena. A este respeito, François Dosse afirma que o historiador “contenta-se então em transcrever representações, em traçar suas descrições sem se preocupar com as revelações entre elas e a realidade que as provocou” (DOSSE, 2001, p.122). Através desta afirmação, podemos observar que Dosse parte do pressuposto de que mentalidades e estruturas sociais não podem ser dissociadas e que se considerarmos que o tempo dissolve as tensões sociais, levando estas a serem relativizadas, desta forma então o “alento da ação humana ao longo dos séculos se dilui, e o homem social está estranhamente ausente” (DOSSE, 2001 p.122).

François Dosse ressalta que a história perde o H maiúsculo e deixa de ser singular, abarcando inúmeras temáticas e se distanciando cada vez mais das pretensões científicas das concepções anteriores, mais especificamente falando, da concepção histórica iluminista e, posteriormente, da primeira e da segunda geração da Escola dos *Annales*. O autor não vê com bons olhos esse alargamento dos objetos de estudo históricos, afirmando que o “diálogo com as ciências humanas, assumiu uma estratégia de vale-tudo, orquestrada pelos *Annales*, que capta todos os objetos possíveis” (DOSSE, 2001, p.122). Nesta corrida pela pretensão de abarcar um campo infindável de possibilidades, teria se perdido a sua própria identidade de historiador, desconstruindo a própria prática histórica.

Desta forma, Dosse aponta que o estilhaçamento da história teve por consequência o desaparecimento da idéia de se tentar interligar os “múltiplos níveis do real num todo inteligível” (DOSSE, 2001, p.122), perdendo de vista e impossibilitando a noção e a relação das análises históricas com um significado global, destruindo, assim, objetos num novo espaço de dispersão. Dosse afirma que uma história global deu lugar a uma história geral, que ao contrário daquela, se aterria às dispersões. O

MAIO DE 1968

autor nos fala que essa multiplicidade de histórias heterogêneas apaga a figura do homem, e que esta fragmentação desenfreada corresponde a um retrocesso do movimento de Maio de 68, levando este a uma era de desilusões. A história não serve mais, de acordo com o autor, para olhar em direção ao futuro, sendo portanto, um “antídoto à mudança” (DOSSE, 2001, p.124), perdendo seu *status* de superação, de devir.

No entanto, François Dosse afirma que o Maio de 68 assume o objetivo de repolitizar a sociedade na luta contra a tecnocracia dos que a dirigem, sendo este movimento uma rebelião contra as hierarquias, podendo ser caracterizado também como uma revolta anticapitalista e antiburocrática. Em um primeiro momento, a revolução de 68 teria confrontado o poder, contudo, “a rejeição frontal é substituída pela pluralidade das práticas das rupturas” (DOSSE, 2001, p.130). O Estado já não estaria mais em jogo, e a partir de então, ganha-se destaque a luta contra elementos periféricos da sociedade, como as relações entre homens e mulheres, a escola, a imigração e as prisões. Por fim, Dosse, baseando-se em alguns teóricos, conclui que o “novo” proposto pelo Maio de 68 se apagou por trás da continuidade. Tal como Paul Yonnet, o autor aponta que o Maio foi um movimento adaptador, com bases liberais e inervado pelo anticomunismo, sendo portanto, uma “revolução sem revolução” (DOSSE, 2001, p.135).



Figura 1 - Estudante ataca a polícia durante as manifestações de maio de 68.

José Carlos Reis abordou as críticas que François Dosse faz a história em migalhas dos historiadores da 3ª Geração dos *Annales*, que teriam traído as tradições dos fundadores da Revista, negando a tradição globalizante da história. Para Dosse, segundo Reis, “a história deve continuar sendo a ciência da mudança e da transformação da sociedade e não uma respiração natural, regular e imutável” (REIS, 2006, p.74).

Para o autor, Dosse critica esta nova concepção historiográfica com base em tradições, ou seja, não propõe algo novo para estabelecer uma crítica, ou o novo contra o velho. Reis compara Dosse com um “reformista luterano” que não consegue vislumbrar um futuro, retornando seu olhar sempre para as origens e para a fundação. A partir desta análise, Reis intitula Dosse como marxista iluminista, afirmando que este “ainda tem uma visão iluminista da história e do homem, pois acredita na razão e na história como um processo de emancipação universal do homem” (REIS, 2006, p. 78). Paradoxalmente, de acordo com Reis, Dosse seria o conservador, ao propor posições que a própria história do século XX já havia contestado.

No que diz respeito, mais especificamente, às considerações de ordem política, notamos que por diversas vezes, José Carlos Reis aponta o fato de Dosse conceber que para a 3.ª geração dos *Annales* “a história não é mais análise do passado para a produção da mudança no presente” (REIS, 2006, p. 76). Os *Annales* estariam, desta forma, se opondo à “mudança social profunda”, eliminando a “força desestruturadora da contradição social” e abafando “a explosão de um mundo social contraditório” em favor das “diferenças que podem conviver em um mundo estável” (REIS, 2006, p. 77,78).

Após esta análise da concepção de François Dosse sobre os efeitos de Maio de 68 sobre a história e sobre a dimensão política, e de apontarmos a crítica que recebe por tal concepção, passamos a abordar agora, mais especificamente, os prós e os contras a mudança de paradigmas. Para tal, será feita uma análise, inicialmente, dos conceitos de “história global” e “história em migalhas”; em seguida, abordaremos as perdas e os ganhos, que, como veremos, depende do ponto de vista de quem analisa, e apresentaremos a consideração de autores que consideram possível articular as dimensões macro e micro na análise histórica; e finalmente nos deteremos nas considerações de ordem política, apresentando autores que apontam que esta opção dicotômica entre macro *ou* micro-política é um falso problema, até mesmo uma armadilha.

MAIO DE 1968

3 - Considerações a respeito dos prós e dos contras a mudança de paradigmas

José Carlos Reis, a fim de investigar se a passagem da história global à história em migalhas foi um ganho ou uma perda, procura definir o que os *Annales* queriam dizer com história global e o que se quer dizer com história em migalhas.

De início o autor já ressalta que o conceito de história global é impreciso, sendo mais uma expressão que teria dois sentidos possíveis: “história do todo”, uma abordagem holística ambicionada a apreender o todo de uma época; e “história de tudo”, concepção de que tudo é história e, portanto, não há mais a exclusão de nenhum campo histórico (REIS, 2006, p.86).

O segundo sentido da expressão história global, ou seja, “história de tudo”, teria levado a 3.^a geração dos *Annales* à dispersão, isto é, à fragmentação do território do historiador. Entretanto, José Carlos Reis considera que esta fragmentação não é sinônimo de “um caos sem qualquer possibilidade de ordenação” (REIS, 2006, p.88). O projeto da história de tudo seria compatível com a história-problema dos fundadores dos *Annales*, rompendo, apenas, com a ambição de uma história do todo, ou seja, a articulação total de uma época.

Quanto ao conceito de história em migalhas, podemos dizer que se aproxima do segundo sentido de história global que vimos acima, qual seja, história de tudo. Trata-se da concepção de que tudo se tornou histórico, o que levou François Dosse, decepcionado com o abandono da ambição de uma história global, a cunhar a expressão história em migalhas e acusar a terceira geração dos *Annales* de ter traído os fundadores do grupo.

Já outros defenderiam a terceira geração, considerando que o centro do projeto original dos *Annales* “não teria sido a história total, mas a história-global-tudo-como-história-problema”. Deste modo, a terceira geração não teria traído os fundadores, mas apenas realizado seu projeto inicial, realizando o estudo de tudo e não do todo. Assim, “a história em migalhas não seria então o fracasso do projeto, mas seu amadurecimento” (REIS, 2006, p.89).

Após esta análise dos conceitos de história global e de história em migalhas, José Carlos Reis enumera algumas características desta transição, são elas: passagem da síntese à especialização; passagem do todo ao tudo; passagem do homogêneo ao heterogêneo; passagem da explicação à descrição; passagem da estrutura ao indivíduo; passagem do material ao imaginário; passagem do

racional ao irracional; passagem da revolução ao imobilismo; passagem da memória à desmemória; passagem da história-ciência à história-literatura; e passagem de uma identidade epistemológica da história à não-identidade.

Ao enumerar estas características, o autor apresenta alguns prós e contras à mudança, e ressalta que vê-la como *ganho* ou *perda* depende de quem avalia. Nesse sentido, vejamos algumas das considerações feitas por José Carlos Reis no que diz respeito a tais mudanças.

Em relação à *passagem da síntese à especialização*, “houve *perda* para os que consideram a história como guia da ação”, como formuladora do sentido e da teleologia; e houve *ganho* para os que defendem a história-problema, que consideram possível controlar o seu objeto apenas se o delimitar ao máximo. “pois não se pode conhecer cientificamente o todo, só a parte” (REIS, 2006, p.92).

Quanto à *passagem do todo ao tudo*, houve *perda* para os que sustentam a possibilidade de uma observação macro da história, que permitiria “uma ação global que promova a mudança profunda e global”; houve *ganho* para aqueles que procuram observar o objeto em escala micro e consideram o olhar global totalitário, e acreditam que a intervenção na sociedade deva ser localizada e pontual (REIS, 2006, p.92).

Na *passagem da estrutura ao indivíduo*, houve *perda* para os que queriam integrar o individual ao estrutural, concebendo que é possível controlar o indivíduo e impedi-lo de produzir eventos desestruturadores; houve *ganho* para “os que cansaram das abstrações estruturais, desencarnadas e irreais; para os que consideram como ‘reais’ indivíduos concretos e singulares” (REIS, 2006, p.93).

No que diz respeito à *passagem da revolução ao imobilismo*, houve *perdas* para “militantes e revolucionários, que precisam de uma visão global para orientar a sua ação; houve *ganho* para aqueles que “não sonham mais com utopias racionais, com sociedades perfeitas”, assim, a expressão correta não seria “imobilismo”, mas “perda da ingenuidade”, reconhecendo a “distância entre a intenção, o discurso e a ação” (REIS, 2006, p.94).

Já à *passagem da história-ciência à história literatura*, houve *perda* para os que desejam atingir um “conhecimento objetivo, imparcial e científico”; houve *ganhos* para os que libertaram-se do rigor da ciência, tornando o conhecimento histórico “mais flexível, mais qualitativo, mais poético, mais pessoal, mais imaginativo” (REIS, 2006, p.94).

Ciro Flamarion Cardoso, citando Alex Callinicos para comentar o pós-modernismo, considera que os intelectuais da “geração de 1968” eram “portadores de esperanças revolucionárias desiludidas”, que teriam abandonado a “crença na possibilidade de uma transformação social global; daí, ao apoio entusiástico a movimentos parcializados de luta ou reivindicação”. Seguindo esta tendência, haveria na Nova História um desejo de ser a porta-voz do “homem comum”, enfocando as “minorias discriminadas em lugar das maiorias exploradas” (CARDOSO, 1997, p. 17).

O autor considera razoável uma proposta de método de pesquisa de Giovanni Levi, em que argumenta que a micro-história mostra “uma relação entre os sistemas normativos e a liberdade de ação” (CARDOSO, 1997, p. 22). Este método, não seria incompatível com o paradigma iluminista, principalmente porque achar os espaços de liberdade de ação mencionados seria levar em consideração a existência dos sistemas normativos mais globais.

Ciro Cardoso considera que “os erros e exageros passados” não devem justificar “erros e exageros atuais de signo contrário”. Dito de outro modo, o autor não considera necessária a passagem do rigor do cientificismo para uma “busca interpretativa culturalmente contextualizada”. A história-disciplina não estaria condenada a “escolher entre teorias deterministas da estrutura e teorias voluntaristas da consciência”, nem a passar da ciência da análise estrutural ao relativismo da micro-análise (CARDOSO, 1997, p. 23).

Ronaldo Vainfas considera que “as abordagens macro e micro-histórica não são necessariamente excludentes, apesar de originárias de paradigmas distintos e, até certo ponto, opostos” (VAINFAS, 1997, p.446). O autor cita exemplos de livros que teriam um objeto de estudo macro-histórico, mas que teriam também abordado aspectos minúsculos; e em contrapartida, livros cujo recorte seria “microscópico”, mas capaz de “iluminar a história global” (VAINFAS, 1997, p. 447).

A partir destes exemplos, o autor conclui que “História-síntese” e “micro-história”, são abordagens que se pode combinar em uma mesma pesquisa. E ainda ressalta que “talvez o ideal seja mesmo tentar buscar no recorte micro os sinais e relações da totalidade social, rastreando-se, por outro lado, numa pesquisa de viés sintético, os indícios das particularidades” (VAINFAS, 1997, p. 447).

A nosso ver esta é uma saída interessante à dicotomia entre macro e micro-história, pois ao invés

de considerá-las necessariamente excludentes, devendo-se optar por uma *ou* outra, como aponta alguns autores, como François Dosse, busca-se articulá-las, ou seja, transitar entre uma *e* outra.

Em relação às implicações de ordem política, mais especificamente, Michael Peters considera que o pós-estruturalismo, ao efetuar “uma crítica política dos valores iluministas, representa um aprofundamento da noção de democracia” (PETERS, 2000, p.41). Os pós-estruturalistas teriam criticado as democracias liberais por construírem a identidade baseada em oposições binárias, o que levaria à exclusão de certos grupos sociais, e teriam proposto a análise de como as fronteiras são socialmente construídas.

Desse modo, há também uma crítica aos dogmatismos das “metanarrativas iluministas”, a sua natureza “terrorista”, que ao afirmar determinadas “verdades”, silenciam ou excluem outros discursos (PETERS, 2000, p. 53). Percebemos uma rejeição a qualquer “oposição simplista”, através da qual se deveria escolher uma opção *ou* outra. Estas dicotomias resultariam sempre em exclusões.

Peters afirmou que a interpretação de autores, como Habermas, que consideram a filosofia francesa contemporânea como um “irracionalismo antimoderno” é “visivelmente falsa” (PETERS, 2000, p.70). Segundo o autor, há um tipo de oposição ao pós-estruturalismo a partir da qual se concebe que a “filosofia da rebelião” está morta, e sustenta o renascimento do humanismo, da democracia. Peters refuta tal perspectiva argumentando que os pós-estruturalistas não são inimigos da “democracia em geral”, mas sim críticos de uma “forma particular de democracia” que não teria nada à oferecer a uma “democracia futura”. (PETERS, 2000, p. 79-80).

Quanto à crítica de que o pós-estruturalismo, assim como o estruturalismo, teria liquidado o sujeito, Michael Peters considera tal argumento mal colocado. Segundo o autor, o pós-estruturalismo “nunca ‘liquidou’ o sujeito, mas reabilitou-o, descentrou-o e reposicionou-o em toda sua complexidade histórico-cultural” (PETERS, 2000, p. 81).

No que diz respeito ao questionamento, feito por Dosse, por exemplo, de que os pós-estruturalistas não estariam mais preocupados em questionar o poder, Michael Peters defende que o que distingue a análise de Foucault, por exemplo, é seu interesse na “questão do *como* o poder é exercido”, criticando, assim, a “tendência contemporânea a supervalorizar o lugar do Estado, reduzindo-o a uma unidade dotada de uma certa funcionalidade” (PETERS, 2000, p.42).

MAIO DE 1968



Figura 2 - Foucault e outros intelectuais participam em 1972 de uma manifestação, em Paris, do “Grupo de Informação das prisões”.

MAIO DE 1968

Michel Foucault, em conversa com Gilles Deleuze, abordou o papel dos intelectuais frente ao poder. Para Foucault existe um “sistema de poder” que “penetra muito profundamente, muito sutilmente em toda a trama da sociedade. A “luta contra o poder” deveria ser travada aí “onde ele é mais invisível”. Entretanto, esta concepção não significa um abandono de uma luta em escala macro a favor de uma luta em escala micro. Acreditamos que esta é uma falsa oposição. O próprio Foucault afirmou que todos podem lutar contra o poder em qualquer lugar, mas “evidentemente como aliado do proletariado pois, se o poder se exerce como ele se exerce, é para manter a exploração capitalista” (FOUCAULT & DELEUZE, 1979, p.77). Percebemos, assim, que Foucault não defende as lutas locais em detrimento do movimento do proletariado. Pelo contrário, não se abandonou a luta em escala macro-social, mas sim defende-se que todos que lutam contra o poder “servem realmente à causa da revolução proletária lutando precisamente onde a opressão se exerce sobre eles” (FOUCAULT & DELEUZE, 1979, p. 77-78).

Gilles Deleuze, na mesma perspectiva que Foucault, concebe que “frente a esta política global do poder se fazem revides locais, contra-ataques, defesas ativas e às vezes preventivas”. O autor ressalta que não se deveriam totalizar estas formas de luta, pois o poder é que totaliza. O melhor

seria “instaurar ligações laterais, todo um sistema de redes, de bases populares” (FOUCAULT & DELEUZE, 1979, p. 74).



Figura 3 - Trabalhadores e estudantes juntos nas ruas de Paris, em 13 de maio de 68.

Felix Guattari, do mesmo modo que Foucault e Deleuze, “as lutas sociais são, ao mesmo tempo, molares e moleculares” (GUATTARI, 1996, p. 127). O autor nos alerta para que desconfiemos de nossas categorias, concebendo que a oposição entre molar e molecular é uma armadilha, pois não haveria dicotomia, mas coextensividade das duas dimensões. Entretanto, no nível molecular seria mais difícil identificar o inimigo, pois a lógica maniqueísta não funciona, enquanto no nível molar seria facilmente identificado no inimigo de classe.

Desse modo, Guattari nos fala de um novo tipo de política, no qual se deve transitar entre o plano molar e o plano molecular, e vice-versa. Assim, concebe que as determinações sócio-econômicas continuam existindo, mas muitas vezes as militâncias tradicionais seriam incapazes de responder às

problemáticas no nível molecular. O autor não deixa de chamar atenção para o “risco de que haja um isolamento radical”, para o “risco de haver uma separação total entre os processos de singularização existencial” e todas essas “estruturas enormes” que “organizam o campo social” (GUATTARI, 1996, p. 149).

Nesse sentido, podemos perceber que Deleuze, Foucault e Guattari não se enquadram no rótulo de Ciro Cardoso, que considera os intelectuais da “geração de 68” como “portadores de esperanças revolucionárias desiludidas”, pois eles não abandonaram nem se desiludiram com a luta contra a “política global do poder”, apenas concebem outras estratégias e formas de organização. Esta mudança teria sido necessária devido ao fato de se estar diante de novas formas de dominação e controle, não sendo mais eficaz lutar com as mesmas armas utilizadas no passado, sendo necessária a busca de novas armas e a invenção de novas estratégias de resistência.

Considerações finais

A partir de nossa abordagem é possível perceber a complexidade de se compreender as implicações para a história-disciplina advindas com a passagem da modernidade à chamada pós-modernidade. Os autores que utilizamos para a discussão, como pudemos ver, estabelecem diferentes recortes para tratar de tal transição de paradigmas. Por exemplo, para José Carlos Reis o estruturalismo é uma manifestação teórica da pós-modernidade, enquanto para Ciro Cardoso pertence ao paradigma moderno.

Quanto às considerações de François Dosse acerca dos efeitos de Maio de 68 sobre a história, vimos que para ele houve um esmigalhamento da história, ou seja, perdeu-se de vista a noção e a relação das análises históricas com um significado global, destruindo, assim, objetos num novo espaço de dispersão. Esta fragmentação desenfreada teria também implicações políticas, levando a uma era de desilusões. Isto porque a história não serviria mais à transformação da sociedade, mas sim como um “antídoto à mudança”. O Estado já não estaria mais em jogo, e sim a luta contra elementos periféricos da sociedade, como as relações entre homens e mulheres, a escola, a imigração e as prisões. O “novo” proposto pelo Maio de 68 teria se apagado por trás da continuidade, sendo, portanto, uma “revolução sem revolução”

No entanto, para José Carlos Reis, Dosse seria mais um “reformista luterano”, um marxista iluminista que ainda acredita na razão e na história como um processo de emancipação universal do homem. Paradoxalmente, Reis aponta Dosse como o conservador, ao propor posições pré-século XX.

No que se refere à problemática histórica, a nosso ver, uma alternativa interessante ao que consideramos um falso problema, o da escolha entre uma análise macro *ou* micro-histórica, é a perspectiva apontada por Vainfas, ou seja, a de articular a análise nas duas esferas, que não necessariamente são excludentes. Desse modo, seria possível se fazer uma análise macro *e* micro-histórica na pesquisa.

No que diz respeito à problemática de ordem política, do nosso ponto de vista, também se está lidando com um falso problema, qual seja, o de escolher entre uma revolução molar, na esfera social *ou* revolução molecular, nas micro-esferas de poder. Nesse sentido, acreditamos que apenas por desconhecimento da obra ou por má-fé se poderiam rotular intelectuais como Foucault, Deleuze e Guattari como pós-modernos desiludidos com “Maio de 68”, e acusá-los de terem abandonado a luta no *front* macro-social em favor das lutas nas micro-esferas de poder. O que eles negam é uma falsa dicotomia entre estas duas dimensões, procurando, antes, transitar entre elas.

Fontes das imagens

Figura 1 - ROTMAN, Patrick. A geração das barricadas. *História Viva*, São Paulo, Ano V, n.54, p. 34-39, abr. 2008.

Figura 2 - PASSOS, Izabel Friche. Foucault e Binswanger: uma incursão pela análise existencial. *Mente, cérebro e filosofia*, São Paulo, n. 6, p. 20-27, [s.d.].

Figura 3 - FIUZA, Bruno. A imaginação no poder. *História Viva*, São Paulo, Ano V, n.54, p.37, abr. 2008.

Referências bibliográficas

CARDOSO, Ciro Flamarion. Introdução. História e Paradigmas Rivais. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

MAIO DE 1968

DOSSE, François. Maio de 68: efeitos sobre a História; Maio de 68, maio de 88: artimanha da razão.

In: A História à prova do tempo. São Paulo: UNESP, 2001.

FOUCAULT, Michel; DELEUZE, Gilles. Os Intelectuais e o Poder. *In:* FOUCAULT, Michel.

Microfísica do poder. Org. e trad. de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições: Graal, 1979.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica.* Cartografias do Desejo. 4.ª edição. Rio de Janeiro:

Vozes, 1996.

PETERS, Michael. *Pós-estruturalismo e filosofia da diferença. Uma introdução.* Trad. Tomaz Tadeu

da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

REIS, José Carlos. *História & Teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade.* 3.ª ed.

Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

VAINFAS, Ronaldo. Conclusão. Caminhos e Descaminhos da História. *In:* CARDOSO, Ciro

Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia.* Rio de

janeiro: Campus, 1997.